

NOTA INFORMATIVA PARA CIDADÃOS EM VISITA À ESPANHA

O objectivo deste documento é informar os cidadãos sobre o tratamento dos seus dados pessoais de saúde quando solicitam em Espanha a entrega de um produto prescrito no seu país de filiação.

As seguintes informações são fornecidas para cumprir as obrigações do Regulamento Geral de Protecção de Dados da União Europeia (UE) para informar os cidadãos sobre o tratamento dos seus dados pessoais.

O que é a infra-estrutura de serviços digitais de eHealth?

A Infra-estrutura de Serviços Digitais de Saúde em Linha (eHDSI) faz parte dos serviços My Health @ EU que oferece aos cidadãos europeus uma forma segura e fácil de comunicar electronicamente os seus dados pessoais de saúde a outros Estados Membros quando necessitam de cuidados de saúde, incluindo o fornecimento de produtos farmacêuticos, no estrangeiro. Estes dados são fornecidos aos profissionais de saúde de outros países da União Europeia (UE) onde lhe é prestada assistência ou cuidados farmacêuticos. Os dados pessoais são tratados de acordo com as leis do país em que os cuidados de saúde são procurados, neste caso, a Espanha.

Categoria de dados que processamos

A prescrição e distribuição electrónica, através do serviço My Health @ EU, permite que um medicamento prescrito por um profissional de saúde no seu país de filiação seja dispensado em qualquer farmácia em Espanha. A prescrição electrónica contém todos os dados e informações necessárias para uma distribuição segura, tais como os detalhes de identificação do prescriptor, do paciente e do produto prescrito. A dispensação electrónica inclui informação sobre o produto dispensado.

Esta informação está disponível na medida em que os seus dados pessoais já estão registados e são fornecidos em formato electrónico pelo seu próprio país. Poderá desejar verificar com o prestador de serviços no seu país.

Para que fins processamos os seus dados

Os dados pessoais de saúde contidos na sua receita electrónica feita no seu país de afiliação serão processados pelos profissionais das farmácias espanholas, a fim de efectuar a distribuição dos medicamentos prescritos quando os solicitar. A informação electrónica de distribuição será armazenada pela farmácia durante um período de 3 meses e pelos sistemas de informação do Serviço Regional de Saúde durante o período necessário para cumprir as disposições do Real Decreto Legislativo 1/2015, de 24 de Julho, e do Real Decreto 1718/2010, de 17 de Dezembro, sobre receitas médicas e ordens de distribuição.

Não obstante o acima exposto, em circunstâncias excepcionais, quando existe uma base legal para o fazer (por exemplo, investigação criminal em curso, saúde pública, epidemiologia, estatísticas, etc., a fim de melhorar a qualidade dos cuidados), os seus dados serão mantidos durante o tempo necessário.

Quem poderá aceder aos seus dados

O acesso aos seus dados pessoais de saúde será efectuado por profissionais de farmácia sujeitos a um dever de sigilo profissional. Os nossos profissionais são devidamente informados, formados e autorizados e só terão acesso aos seus dados para desempenhar as funções relacionadas com a dispensa e cumprir as obrigações legais derivadas desta e de outras disposições legais.

Os seus dados de prescrição electrónica serão transferidos através de um portal técnico seguro fornecido pelo Ponto de Contacto Nacional para o intercâmbio de dados de saúde electrónicos (eHealth) designado por cada país. No caso de Espanha, a porta técnica através da qual recebemos os seus dados é operada pelo Ministério da Saúde que, por sua vez, é responsável pela transmissão da informação ao Serviço de Saúde da região espanhola onde se encontra a farmácia onde irá levantar a sua receita electrónica, que a transmitirá à farmácia correspondente. Tanto o Ministério como as regiões assinaram os acordos necessários para o cumprimento das obrigações de protecção de dados.

O Ministério da Saúde não terá qualquer responsabilidade pelos dados pessoais de saúde tratados pelos Serviços de Saúde das diferentes regiões.

A farmácia onde estiver a recolher os seus medicamentos prescritos electronicamente será responsável pelo processamento dos seus dados pessoais de saúde para os fins acima mencionados.

Qual é a legitimidade para o tratamento dos seus dados pessoais?

A base jurídica para o tratamento da prescrição e distribuição electrónica é a Directiva 2011/24/UE sobre cuidados de saúde transfronteiriços, em conformidade com as obrigações nela estabelecidas, e o regulamento de transposição espanhol (Decreto Real 81/2014, de 7 de Fevereiro, para o cumprimento da obrigação legal do Estado espanhol de permitir o reconhecimento mútuo das prescrições electrónicas entre os Estados-Membros da UE e a continuidade dos cuidados aos cidadãos europeus a nível transfronteiriço).

Os dados pessoais de saúde relacionados com a prescrição e distribuição electrónica em Espanha podem ser processados para garantir elevados padrões de qualidade e segurança da prestação de cuidados de saúde e farmacêutica por um profissional sujeito à obrigação de sigilo profissional. Os seus dados também podem ser tratados por razões de interesse público no domínio da saúde pública ou quando necessário para fins de arquivo no interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos. Serão sempre aplicadas as medidas técnicas e de segurança previstas no Regime Nacional de Segurança (Decreto Real 3/2010, de 8 de Janeiro, que regula o Regime Nacional de Segurança no domínio da Administração Electrónica).

Os seus dados serão sempre tratados de acordo com as seguintes disposições: artigos 6.1.c), d) e e) e artigo 9.2.h), i) e j) da RGPD e disposição adicional 17 da Lei Orgânica 3/2018, de 5 de Dezembro, sobre protecção de dados e garantias de direitos digitais.

Por quanto tempo e onde os seus dados são mantidos

O armazenamento de dados pessoais de saúde é efectuado nos Serviços de Saúde das regiões e na farmácia. O armazenamento dos seus dados pessoais de saúde em Espanha estará sujeito às disposições dos artigos 7, 11 e 18 do Decreto Real 1718/2010, de 17 de Dezembro, sobre prescrições médicas e ordens de distribuição, bem como às

disposições dos regulamentos regionais de aplicação. O período de armazenagem na farmácia não deve exceder 3 meses. Podem ser aplicados períodos de armazenamento mais longos para fins de arquivo no interesse público, investigação científica ou fins estatísticos, aos quais serão aplicadas as medidas apropriadas para salvaguardar a privacidade, tais como a anonimização de dados pessoais, entre outras.

Quais são os seus direitos

Pode exercer os seus direitos de acesso, rectificação, apagamento, objecção e restrição do tratamento, quando aplicável, perante o responsável nacional pelo tratamento de dados ou o responsável pelo tratamento de dados da região em que tornou efectiva a sua dispensa, ou perante o responsável pelo tratamento de dados do seu país de origem em que a prescrição electrónica foi efectuada. Para este efeito, deve enviar uma carta no formulário indicado pelo controlador dos dados ou, no caso de Espanha, utilizando o formulário fornecido no sítio electrónico. Abaixo encontrará os dados de contacto dos Controladores de Dados a nível nacional e regional.

Especificamente, tem o direito de o fazer:

- a) Aceda aos seus dados em qualquer altura, enviando um pedido ao responsável pelo tratamento de dados.
- b) Rectificar quaisquer dados imprecisos
- c) Limitar ou opor-se ao tratamento dos seus dados por motivos relacionados com a sua situação particular, em conformidade com o artigo 21 do GDPR.
- d) apresentar queixas ou pedidos à autoridade de controlo espanhola (a [Agência Espanhola de Protecção de Dados](#)) quando não tenham obtido satisfação no exercício dos seus direitos.
- e) Procurar uma protecção judicial eficaz contra um controlador ou processador.
- f) Solicitar Indemnização e responsabilidade nos termos do artigo 82 do GDPR.

Para mais informações sobre todos os aspectos dos cuidados de saúde transfronteiriços, pode aceder ao Ponto de Contacto Nacional Espanhol no seguinte link: <https://www.sanidad.gob.es/pnc/ciudadanoEsp/home.htm>

Se desejar informações sobre queixas, pode aceder ao seguinte link: <https://www.sanidad.gob.es/pnc/ciudadanoEsp/infReparRecl.htm>

Contacto do Controlador de Dados

A nível regional

Contacto com o seu Serviço de Saúde Autónomo ou INGESA

<https://www.sanidad.gob.es/organizacion/ccaa/directorio/home.htm>

A nível nacional:

Ministério da Saúde. Subdirección General de Información Sanitaria.

Paseo del Prado 18-20, 28014 Madrid.

Email: delegadoprotecciondatos@mscbs.es

Formulário Web para o exercício dos direitos:

https://www.sanidad.gob.es/servCiudadanos/proteccionDatos/docs/Formulario_DPD_MSCBS.pdf

Fim do documento.

AVISO DE INFORMACIÓN PARA EL CIUDADANO QUE VISITA ESPAÑA

Este documento tiene por objeto informar a los ciudadanos sobre el tratamiento de sus datos personales de salud cuando soliciten en España la dispensación de un producto prescrito en su país de afiliación.

La siguiente información se proporciona para cumplir con las obligaciones del Reglamento General de Protección de Datos (RGDP) de la Unión Europea (UE) de informar a los ciudadanos sobre el procesamiento de sus datos personales.

Qué es la infraestructura de servicios digitales de Sanidad electrónica

La infraestructura de servicios digitales de Sanidad electrónica (eHDSI) se encuadra dentro de los servicios Mi Salud @ UE (My Health @ EU) que ofrece a los ciudadanos europeos una forma segura y sencilla de comunicar a otros Estados Miembros sus datos personales de salud por medios electrónicos cuando necesiten asistencia sanitaria, incluida la prestación farmacéutica, en el extranjero. Estos datos se proporcionan a profesionales de la salud en otros países de la Unión Europea (UE) donde se le asista o se le facilite la prestación farmacéutica. Los datos personales se tratan de acuerdo con las leyes del país en el que se solicita la asistencia sanitaria, en este caso, España.

Categoría de los datos que tratamos

La prescripción y dispensación electrónica, a través del servicio Mi Salud @ UE, permite que un medicamento prescrito por un profesional sanitario en su país de afiliación, se lo puedan dispensar en cualquier oficina de farmacia de España. La receta electrónica contiene todos los datos e información necesaria para realizar una dispensación segura, como son datos identificativos del prescriptor, del paciente y del producto prescrito. La dispensación electrónica incluye la información sobre el producto dispensado.

Esta información está disponible en la medida en que sus datos personales ya estén registrados y proporcionados en formato electrónico por su propio país. Si lo desea, puede consultar con el proveedor de servicios de su país.

Para qué fines tratamos sus datos

Los datos personales de salud que contiene su prescripción electrónica realizada en su país de afiliación serán tratados por los profesionales de las oficinas de farmacia españolas al objeto de hacer efectiva la dispensación de los medicamentos prescritos cuando usted lo solicite. La información de la dispensación electrónica realizada será almacenada por la oficina de farmacia durante un plazo de 3 meses y por los sistemas de información del Servicio de Salud autonómico por el periodo que sea preciso para cumplir con las disposiciones que establece el Real Decreto Legislativo 1/2015, de 24 de julio, y el Real Decreto 1718/2010, de 17 de diciembre, sobre receta médica y órdenes de dispensación.

Con independencia de lo anterior, en circunstancias excepcionales, cuando exista una base legal para ello (por ejemplo, investigación en curso de un delito, salud pública, epidemiología, estadística, entre otros, al objeto de mejorar la calidad asistencial), se conservarán sus datos durante el tiempo que sea necesario.

Quiénes podrán acceder a sus datos

El acceso a sus datos personales de salud se efectuará por parte de los profesionales de las oficinas de farmacia sometidos a un deber de secreto profesional. Nuestros profesionales están debidamente informados, formados y autorizados y solo tendrán acceso a sus datos para realizar las funciones relacionadas con la dispensación y cumplir con las obligaciones legales derivadas de ésta y de otras dispuestas por Ley.

Los datos de su prescripción electrónica se transferirán a través de una pasarela técnica segura proporcionada por el Punto de Contacto Nacional para el intercambio de datos de salud por medios electrónicos (eHealth) designado por cada país. En

el caso de España, el portal técnico por el cual recibimos sus datos, está operado por el Ministerio de Sanidad quien, a su vez, se encarga de transmitir la información al Servicio de Salud de la región española donde esté situada la oficina de farmacia donde usted va a recoger su prescripción electrónica, Este Servicio lo transmitirá a la correspondiente farmacia. Tanto el Ministerio como las regiones han suscrito los acuerdos necesarios para cumplir con las obligaciones de protección de datos.

El Ministerio de Sanidad no tendrá responsabilidad sobre los datos personales de salud que traten los Servicios de Salud de las distintas regiones.

La oficina de farmacia donde usted está recogiendo su medicación prescrita electrónicamente será responsable del tratamiento de sus datos personales de salud para los fines ya mencionados

Cuál es la legitimación para el tratamiento de sus datos personales

La base jurídica para el tratamiento de la prescripción y dispensación electrónica es la Directiva 2011/24/UE de Asistencia Sanitaria Transfronteriza, en cumplimiento de las obligaciones establecidas en la misma, y la normativa española de transposición (el Real Decreto 81/2014, de 7 de febrero, para el cumplimiento de la obligación legal del Estado Español de posibilitar el reconocimiento mutuo de recetas electrónicas entre Estados Miembros de la UE y la continuidad asistencial de los ciudadanos europeos a nivel transfronterizo).

Los datos personales de salud relacionados con la prescripción y dispensación electrónica en España se podrán tratar para garantizar elevados niveles de calidad y de seguridad de la asistencia sanitaria y prestación farmacéutica, efectuándose este tratamiento por parte de un profesional sujeto a la obligación de secreto profesional. Asimismo, sus datos podrán tratarse con motivos de interés público en el ámbito de la salud pública o cuando sea necesario con fines de archivo en interés público, fines de investigación científica o histórica o fines estadísticos. En todo momento, se aplicarán las medidas técnicas y de seguridad que se disponen en el Esquema Nacional de Seguridad (Real Decreto 3/2010, de 8 de enero, por el que se regula el Esquema Nacional de Seguridad en el ámbito de la Administración Electrónica).

Sus datos siempre serán tratados conforme a las siguientes disposiciones: artículos 6.1.c), d) y e) y el artículo 9.2.h), i) y j) del RGPD y la Disposición Adicional 17 de la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de protección de datos y garantías de los derechos digitales.

Por cuánto tiempo y dónde se conservan sus datos

El almacenamiento de los datos personales de salud se realiza en los Servicios de Salud de las regiones y en la oficina de farmacia. La conservación de sus datos personales de salud en España, se someterá a lo dispuesto en los artículos 7, 11 y 18 del Real Decreto 1718/2010, de 17 de diciembre, sobre receta médica y órdenes de dispensación, así como lo dispuesto en la normativa autonómica de desarrollo. El plazo de conservación en la oficina de farmacia no será superior a 3 meses. Se podrán aplicar periodos de conservación más amplios para fines de archivo en interés público, investigación científica o fines estadísticos, para los cuales se aplicarán las oportunas medidas que salvaguarden la privacidad, como la anonimización de los datos personales, entre otras.

Cuáles son sus derechos

Puede ejercer los derechos de acceso, rectificación, supresión, oposición y limitación de su tratamiento, cuando así proceda, ante el responsable del tratamiento nacional o de la región donde usted haya hecho efectiva su dispensación, o ante el responsable del tratamiento de su país de origen donde le han hecho la prescripción electrónica. A tal efecto, deberá dirigir un escrito en la forma que el responsable del tratamiento le indique, o mediante el formulario habilitado en la sede electrónica en el caso de España. Más abajo encontrará el contacto de los Responsables del Tratamiento a nivel nacional y autonómico.

Concretamente usted tiene derecho a:

- a) Acceder a sus datos en todo momento remitiendo una solicitud al responsable del tratamiento.
- b) Rectificar cualquier dato inexacto
- c) Limitar u oponerse al tratamiento de sus datos por motivos relacionados con su situación particular, de acuerdo con el artículo 21 del RGPD.

- d) Interponer reclamaciones o solicitudes ante la autoridad de control española (la [Agencia Española de Protección de Datos](#)) cuando no haya obtenido satisfacción en el ejercicio de sus derechos.
- e) Solicitar la tutela judicial efectiva contra un responsable o encargado del tratamiento.
- f) Solicitar Indemnización y responsabilidad en los términos del artículo 82 del RGPD.

Si quiere conocer más información en todo lo que respecta a la asistencia sanitaria transfronteriza, puede acceder al Punto Nacional de Contacto español en el siguiente link: <https://www.sanidad.gob.es/pnc/ciudadanoEsp/home.htm>

Si quiere información sobre reclamaciones, puede acceder al siguiente link: <https://www.sanidad.gob.es/pnc/ciudadanoEsp/infReparRecl.htm>

Contacto del Responsable del tratamiento

A nivel regional

Contacte con su Servicio Autonómico de Salud o INGESA

<https://www.sanidad.gob.es/organizacion/cca/directorio/home.htm>

A nivel nacional:

Ministerio de Sanidad. Subdirección General de Información Sanitaria.

Paseo del Prado 18-20, 28014 Madrid.

Email: delegadoprotecciondatos@mscbs.es

Formulario web para el ejercicio de derechos:

https://www.sanidad.gob.es/servCiudadanos/proteccionDatos/docs/Formulario_DPD_MSCBS.pdf

Fin del documento.